

# Sumário

---

*Nota introdutória, xix*

## **Parte I – Cartão de Crédito e Consumidor, 1**

### **1 Sistema contratual de cartões, 3**

- 1.1 O jurídico e o socioeconômico, 3
- 1.2 Noção, 5
- 1.3 Cartão, 7
- 1.4 Sistema de cartões, 7
- 1.5 Sistema perito, 12
- 1.6 Elementos contratuais do sistema, 13
- 1.7 Contratos do sistema e relações de consumo, 14
- 1.8 Sujeitos sistêmicos, 16
- 1.9 Fundamentos, 20

### **2 Nota histórica e normas, 22**

- 2.1 Nota histórica, 22
- 2.2 Regência normativa norte-americana, 26
- 2.3 Regência normativa no Brasil, 27
- 2.4 Código de Proteção e Defesa do Consumidor, 28
- 2.5 Resolução nº 3.694/09 – CMN, 29
- 2.6 Resolução nº 3.213/04 – CMN, 30

- 2.7 Instrução Normativa SRF nº 341/03, 31
- 2.8 Normas de uso internacional, 33
- 2.9 Resolução nº 3.919/10 – CMN, 36

### **3 Modalidades, vantagens e riscos, 37**

- 3.1 Modalidades de cartões, 37
- 3.2 Modalidade débito, 39
- 3.3 Procedimento operacional, 40
- 3.4 Vantagens e riscos, 41
  - 3.4.1 Celeridade operacional e redução de custos, 42
  - 3.4.2 Segurança, 43
  - 3.4.3 Consumo consciente, 44

### **4 Estrutura do contrato de emissão, 46**

- 4.1 Contrato atípico, 46
- 4.2 Contrato de adesão e sociedade de consumo, 48
- 4.3 Objetivos do predisponente, 49
- 4.4 Adesão no contrato de emissão de cartões, 50
- 4.5 Limitações ao poder de estipulação, 53
  - 4.5.1 Vulnerabilidade do titular do cartão, 53
  - 4.5.2 Liberdade vigiada de estipular, 54
- 4.6 Serviços de emissão e administração, 57
- 4.7 Expressão por fórmulas diversas, 58
- 4.8 Ostensividade de cláusulas limitativas, 59
- 4.9 Núcleo comum, 60
- 4.10 Partes, 60
- 4.11 Formalização da adesão, 62
- 4.12 Senha, 65
- 4.13 Assinatura em arquivo, 66
- 4.14 Cadastro do titular, 66
- 4.15 Informações sobre operações, 68
- 4.16 Vigência, 68
- 4.17 Extinção do contrato, 69
  - 4.17.1 Cláusula resolutória alternativa, 71
- 4.18 Resolução pela administradora, 72
- 4.19 Bloqueio do cartão, 73
- 4.20 Cancelamento do cartão, 73

### **5 Regime jurídico das partes, 75**

- 5.1 Boa-fé e equilíbrio, 75

- 5.2 Direitos e obrigações, 79
- 5.3 Conservação harmônica dos contratos, 80
- 5.4 Deveres gerais e deveres instrumentais, 81
  - 5.4.1 Deveres gerais da administradora, 82
  - 5.4.2 Transparência e dever instrumental de informação, 83
  - 5.4.3 Informações sobre preços, financiamento e encargos, 86
  - 5.4.4 Centrais de atendimento, 86
  - 5.4.5 Dever instrumental de sigilo, 87
  - 5.4.6 Efeito vinculativo da oferta, 88
- 5.5 Remuneração dos serviços da administradora, 90
- 5.6 Direitos gerais do titular do cartão, 91
  - 5.6.1 Período de graça, 92
  - 5.6.2 Direito de arrependimento, 92
- 5.7 Prestações instrumentais do titular do cartão, 93
- 5.8 Limites de crédito, 94
- 6 Proteção contratual do titular do cartão, 96**
  - 6.1 Proteção contratual, 96
    - 6.1.1 Interpretação contratual favorável ao titular do cartão, 97
    - 6.1.2 Cláusulas de desequilíbrio, 99
      - 6.1.2.1 Enumeração de cláusulas de desequilíbrio, 102
      - 6.1.2.2 Nulidade, 103
    - 6.1.3 Práticas infrativas, 104
    - 6.1.4 Bilateralidade das alterações contratuais, 105
    - 6.1.5 Revisão contratual, 106
      - 6.1.5.1 Onerosidade excessiva no Código Civil, 107
      - 6.1.5.2 Onerosidade excessiva no Código do Consumidor, 108
      - 6.1.5.3 Modificação, revisão e resolução, 109
      - 6.1.5.4 Onerosidade e dolo de aproveitamento, 109
      - 6.1.5.5 Revisão e contrato de emissão de cartões, 110
- 7 Prestação de contas e impugnação, 114**
  - 7.1 Dever instrumental de prestar contas e fatura mensal, 114
  - 7.2 Conteúdo formal da fatura, 117
  - 7.3 Pagamento da fatura, 118
  - 7.4 Débito em conta-corrente, 119
  - 7.5 Envio de fatura para endereço diverso, 120
  - 7.6 Impugnação de lançamentos, 120
  - 7.7 Ação de prestação de contas, 123

## **8 Opções de solução dos débitos, 129**

- 8.1 Principal dever do titular do cartão, 129
- 8.2 Hipóteses de financiamento, 130
  - 8.2.1 Pagamento parcelado, 132
  - 8.2.2 Cláusula-mandato, 133
- 8.3 Encargos, 137
- 8.4 Devolução em dobro, 137
- 8.5 Juros, 138
  - 8.5.1 Usura, 139
  - 8.5.2 Capitalização de juros, 142
- 8.6 Comissão de permanência, 145

## **9 Incumprimento e seus efeitos, 146**

- 9.1 Incumprimento, 146
- 9.2 Recusa de aprovação de crédito, 149
- 9.3 Bloqueio do cartão por incumprimento, 150
- 9.4 Cancelamento do cartão por incumprimento, 153
- 9.5 Prévia notificação, 154
- 9.6 Protesto, 156
- 9.7 Cobrança judicial do saldo devedor, 156
- 9.8 Negativação, 159
- 9.9 Cadastro de inadimplência, 160
- 9.10 Hipóteses de negativação, 161
- 9.11 Negativação e informação prévia, 164
- 9.12 Ação impeditiva, 167
- 9.13 Exibição judicial, 168

## **10 Uso indevido e distribuição de responsabilidades, 170**

- 10.1 Confiança, segurança e riscos, 170
- 10.2 Prevenção de situações de risco, 172
  - 10.2.1 Titular e dever instrumental de prevenção, 173
  - 10.2.2 Administradora e dever instrumental de prevenção, 175
  - 10.2.3 Estabelecimento e dever instrumental de prevenção, 176
- 10.3 Uso irregular do cartão pelo titular, 178
- 10.4 Uso criminoso por terceiro, 180
- 10.5 Distribuição de responsabilidades e situações de risco, 180
  - 10.5.1 Antes da comunicação da situação de risco, 181
  - 10.5.2 Transferência de riscos, 182
  - 10.5.3 Canais de comunicação, 184

- 10.5.4 Após a comunicação da situação de risco, 185
- 10.6 Falsificação, clonagem e fraude eletrônica, 188
- 10.7 Estelionato e furto mediante fraude, 190
- 10.8 Insignificância e atipia, 193

## **11 Responsabilidade da administradora, 195**

- 11.1 Responsabilidade objetiva, 195
  - 11.1.1 Exclusão por culpa do titular do cartão, 196
  - 11.1.2 Exclusão por fato de terceiro, 197
  - 11.1.3 Exclusão por caso fortuito e força maior, 198
- 11.2 Cobrança indevida, 199
  - 11.2.1 Engano justificável, 201
  - 11.2.2 Cobrança e estorno, 201
- 11.3 Remessa de cartão sem requisição, 203
- 11.4 Dano, 207
- 11.5 Dano moral e dano patrimonial, 207
- 11.6 Valor indenizatório, 210
- 11.7 Negativação indevida, 212
- 11.8 Cadeia de prestadores de serviços, 216
- 11.9 Cadastro de reclamações fundamentadas, 219

## **12 Proteção processual do titular do cartão, 222**

- 12.1 Proteção processual, 222
  - 12.1.1 Foro, 223
  - 12.1.2 Inversão do ônus probatório, 225
  - 12.1.3 Inversão *ope legis*, 226
  - 12.1.4 Inversão *ope judicis*, 227
  - 12.1.5 Momento processual da inversão, 229

## **13 Estabelecimento credenciado, 233**

- 13.1 Inserção do estabelecimento no sistema, 233
- 13.2 Contrato atípico, 234
- 13.3 Objeto, 235
- 13.4 Adesão e credenciamento, 236
- 13.5 Empresário consumidor, 238
- 13.6 Fiscalização, 241
- 13.7 Modificações contratuais, 241
- 13.8 Equipamentos para registro de transações, 242
- 13.9 Domicílio bancário, 243

- 13.10 Comissão e taxas, 245
- 13.11 Confidencialidade, 246
- 13.12 Resilição e rescisão do contrato, 247
- 13.13 Custos e vantagens para o estabelecimento, 249
- 13.14 Repasse, 250
- 13.15 *Chargeback*, 252
- 13.16 Antecipação de recebíveis, 256

## 14 Transações, 258

- 14.1 Aceitação do cartão, 258
- 14.2 Relações de consumo, 260
- 14.3 Preço, desconto e sobrepreço, 261
- 14.4 Deveres do estabelecimento perante a credenciadora, 267
- 14.5 Transações com cartões de débito, 268
- 14.6 Transações irregulares, 268
- 14.7 Transações e assinatura do titular, 270
- 14.8 Cancelamento de transação, 273
- 14.9 Incidência tributária, 273

## Parte II – Cheque, 277

### 15 Nota histórica e natureza jurídica, 279

- 15.1 Nota histórica, 278
  - 15.1.1 Cheque é criação britânica, 281
  - 15.1.2 Evolução no Brasil, 281
- 15.2 Natureza jurídica do cheque, 283
  - 15.2.1 Cheque e cambial, 285
  - 15.2.2 Instrumento de pagamento, 286
  - 15.2.3 Pagamento *pro solvendo*, 287
  - 15.2.4 Recusa legítima, 289
  - 15.2.5 Literalidade e autonomia, 292
  - 15.2.6 Efeito processual da autonomia, 294

### 16 Conteúdo formal do cheque, 295

- 16.1 Requisitos formais, 295
  - 16.1.1 Lugar do pagamento, 296
  - 16.1.2 Lugar de emissão, 297
  - 16.1.3 Estipulações admitidas e proibidas, 297
  - 16.1.4 Juros, 298

- 16.1.5 Aceite, 298
- 16.1.6 Denominação *cheque*, 299
- 16.1.7 Núcleo ativo, 299
- 16.1.8 Nome do beneficiário, 300
- 16.1.9 Data de emissão, 300
- 16.2 Ordem incondicional, 302
- 16.3 Expressão do valor do cheque, 302
- 16.4 Assinatura do emitente, 303
  - 16.4.1 Emissão por mandatário, 304
  - 16.4.2 Pseudônimo, 305
  - 16.4.3 Chancela mecânica, 305
  - 16.4.4 Assinatura falsa, 307
- 16.5 Alterações do cheque, 307
- 16.6 Formatação do cheque, 308
  - 16.6.1 Cheque normalizado, 309
  - 16.6.2 Data da conta, 310
  - 16.6.3 Modelo do cheque, 311
- 16.7 Preenchimento de cheque incompleto, 313

## **17 Fundos disponíveis, 318**

- 17.1 Dinheiro bancário, 318
- 17.2 Momento de aferição da provisão, 320
- 17.3 Banco ou instituição equiparada, 321
- 17.4 Instituições financeiras, 323
- 17.5 Cadastro de emitentes de cheques sem fundos, 324
  - 17.5.1 Exclusão do nome do CCF, 325
- 17.6 Fontes de provisão, 327

## **18 Conta-corrente bancária, 329**

- 18.1 Conta-corrente bancária, 329
- 18.2 Pauta das contas de depósitos, 331
- 18.3 Tarifas bancárias, 333
- 18.4 Módulo de cheques, 334
- 18.5 Conta conjunta, 336
- 18.6 Encerramento da conta, 338
- 18.7 Depósitos por meio eletrônico, 340
- 18.8 Disponibilidade de meios eletrônicos, 341
- 18.9 Contas no exterior, 342

## **19 Abertura de crédito, 343**

- 19.1 Abertura de crédito, 343
  - 19.1.1 Cheque garantido, 345
  - 19.1.2 Cancelamento unilateral de cheque garantido, 345
  - 19.1.3 Redução de limite sem aviso, 346
  - 19.1.4 Inexecutividade, 347
  - 19.1.5 Cobrança fundada na abertura de crédito, 347
  - 19.1.6 Autorização de débito em conta, 348
  - 19.1.7 Prestação de contas, 349
- 19.2 Abertura de crédito rotativo, 349
  - 19.2.1 Transferência de fundos e cobertura do saldo devedor, 350
  - 19.2.2 Conta conjunta, 350
  - 19.2.3 Alteração de limite, 350
  - 19.2.4 Prazo do contrato, 351
  - 19.2.5 Encargos, 352
  - 19.2.6 Saque superior, acatamento de cheque e excesso, 353
  - 19.2.7 Impontualidade e cobrança indevida, 353
  - 19.2.8 Reconhecimento de débitos, 354
  - 19.2.9 Cartão de crédito e cheques, 354
  - 19.2.10 Foro, 354
  - 19.2.11 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, 354
- 19.3 Vinculação de nota promissória, 355
- 19.4 Cédula de crédito bancário, 356

## **20 Modalidades de cheques, 358**

- 20.1 Beneficiário do cheque, 358
- 20.2 Cheque nominal, 359
- 20.3 Cheque ao portador, 360
- 20.4 Espécies de emissão, 361
- 20.5 Cheque administrativo, 361
- 20.6 Cheque visado, 363
- 20.7 Cheque cruzado, 366
- 20.8 Cheque para levar em conta, 369
- 20.9 Cheque eletrônico, 370
- 20.10 Cheques regidos por leis especiais, 371

## **21 Circulação e garantia, 373**

- 21.1 Endosso, 373
- 21.2 Forma do endosso, 375



- 21.3 Endosso em branco, 375
  - 21.4 Alternativas do endossante, 376
  - 21.5 Endosso-mandato, 377
  - 21.6 Endosso póstumo, 378
  - 21.7 Liquidação do cheque, 380
  - 21.8 Endosso sem garantia no cheque e faturização, 382
  - 21.9 Legitimação e responsabilidade, 383
  - 21.10 Desapossamento e restituição, 384
  - 21.11 Garantia de pagamento por aval, 385
  - 21.12 Quem pode avalizar o cheque, 386
  - 21.13 Como deve ser o aval, 387
  - 21.14 Natureza do aval, 388
  - 21.15 Autonomia do aval, 389
  - 21.16 Direito do avalista que paga, 389
- 22 Apresentação e pagamento, 390**
- 22.1 Apresentação do cheque, 390
  - 22.2 Prazo de apresentação do cheque, 391
  - 22.3 Morte e incapacidade superveniente, 393
  - 22.4 Prova de pagamento e pagamento parcial, 393
  - 22.5 Compensação e pagamento, 394
  - 22.6 Câmaras e prestadores, 396
  - 22.7 Cheque pós-datado, 396
  - 22.8 Cheque pós-datado e consumidor, 400
- 23 Contraordem e sustação, 401**
- 23.1 Irrevogabilidade mitigada do cheque, 401
  - 23.2 Contraordem e sustação, 402
  - 23.3 Procedimento da contraordem, 403
  - 23.4 Procedimento da sustação, 403
  - 23.5 Normas operacionais, 403
  - 23.6 Disposições comuns, 404
  - 23.7 Sustação de cheque administrativo, 406
  - 23.8 Sustação de cheque visado, 407
  - 23.9 Contraordem de cheque visado, 408
- 24 Deveres do sacado, 410**
- 24.1 Deveres do banco, 410
  - 24.2 Regularidade dos endossos, 412
  - 24.3 Autenticidade do cheque, 415

- 24.4 Recusa do cheque pelo sacado, 417
- 24.5 Exibição de documento, 420
- 24.6 Responsabilidade do banco, 422
- 24.7 Concurso de cheques, 424
- 24.8 Cheque materialmente prejudicado, 425
- 24.9 Cheque em moeda estrangeira, 425
- 24.10 Responsabilidade por negativação indevida, 426
- 24.11 Dever de informação, 427

## **25 Protesto, 428**

- 25.1 Protesto do cheque e sua dispensa, 428
- 25.2 Conteúdo e procedimento do protesto, 431
- 25.3 Protesto e exercício regular de direito, 432
- 25.4 Ônus de cancelamento do protesto, 433
- 25.5 Depósito e medida liminar, 434
- 25.6 Protesto e apresentação antecipada, 434
- 25.7 Cancelamento do protesto e tutela antecipada, 435
- 25.8 Avisos, 436
- 25.9 Cláusula sem despesa ou sem protesto, 436
- 25.10 Impedimento legal e força maior, 437

## **26 Execução fundada em cheque, 439**

- 26.1 Ações cambiárias, 439
- 26.2 Solidariedade cambiária, 440
- 26.3 Execução, 440
- 26.4 Portador, 441
- 26.5 Pertinência subjetiva passiva, 442
- 26.6 Perda de execução por caducidade, 443
- 26.7 Foro competente, 443
- 26.8 Execução instruída com cópia ou certidão, 443
- 26.9 Objeto da execução, 445
- 26.10 Direitos do pagador, 446
- 26.11 Defesa do executado, 446
- 26.12 Inoponibilidade das exceções pessoais, 448
- 26.13 Boa-fé/má-fé, 450
- 26.14 Exceções, 453
- 26.15 Restrições à abstração do cheque, 454
- 26.16 Cheque para pagamento de dívida de jogo, 455
- 26.17 Cheque e agiotagem, 456

**27 Prescrição e ações residuais, 458**

- 27.1 Prescrição da execução do cheque, 458
- 27.2 Interrupção do prazo prescricional, 460
- 27.3 Termo inicial da prescrição na data de emissão, 461
- 27.4 Prescrição e aval, 463
- 27.5 Ações residuais, 465
  - 27.5.1 Ação de enriquecimento, 465
  - 27.5.2 Ação monitória, 469
  - 27.5.3 Ação causal de cobrança, 473

**28 Proteção penal, 474**

- 28.1 Efeitos penais do cheque, 474
- 28.2 Emissão de cheque sem fundos, 475
- 28.3 Fraude, 476
- 28.4 Sujeitos do delito, 476
- 28.5 Condutas típicas, 477
- 28.6 Pagamento ineficaz, 478
- 28.7 Efeitos penais do pagamento do cheque sem fundos, 479
- 28.8 Exclusão de crime, 481
- 28.9 Foro competente para a ação penal, 481
- 28.10 Consumação e tentativa, 481
- 28.11 Efeitos penais do cheque pós-datado, 482
- 28.12 Cheque dado em garantia, 483
- 28.13 Estelionato na figura fundamental, 484
- 28.14 Estelionato privilegiado, 486
- 28.15 Estelionato qualificado, 487
- 28.16 Furto de cártula ou de talonário de cheques, 487
- 28.17 Receptação, 489

Anexos, 491

Bibliografia, 581